

Continuidade e mudança no I milênio a.C., no Noroeste Português. Os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico¹

Manuela MARTINS²

Resumo:

Este texto procede a uma desmontagem dos diferentes paradigmas que nortearam as investigações da Proto-História do NO português, dentro dos quais se analisaram os fenômenos de continuidade e mudança e se deu corpo a um discurso arqueológico sobre a evolução cultural do Iº milênio a.C..

Estruturado em três partes, o texto começa por sumariar um conjunto de noções operativas que enformam a clássica visão do passado, analisando, de seguida, os diferentes cenários que deram expressão aos conhecimentos empíricos e interpretativos sobre o I milênio a.C., reintroduzindo, numa terceira e última parte, a problemática da construção do conhecimento, com base numa leitura crítica que usa um conjunto de enunciados teóricos presentes no debate das Ciências Sociais dos últimos quinze anos.

Abstract:

This paper essays a dismount of different paradigms which shaped the archaeological research about Proto-History of Northwest Portugal giving origin to analysis of continuity and change and to an academic discourse about cultural evolution during the I millenium B.C..

Organised in three main parts, this text begins with a discussion of some working conceptions used to construct our past visions. Follows we shall examine the different sceneries which give expression to empirical and interpretative knowledge about I millenium B.C. communities. At the end we shall appreciate the problematic of knowledge construction using some critical proposals and theoretical statements present in the discussion of Social Sciences over the last fifteen years.

Palavras chave:

Proto-História; Iº milênio a.C.; Noroeste português; Continuidade; Mudança; Paradigmas; Discurso arqueológico.

Key words:

Proto-History; I millenium B.C.; Northwest Portugal; Continuity; Change; Paradigms; Archaeological discourse.

¹ Este artigo reproduz, praticamente na íntegra, o texto original da aula de síntese proferida pela autora no âmbito das suas provas de agregação, realizadas na Universidade do Minho, nos dias 30 de Junho e 1 de Julho de 1994. O título original "*Continuidade e Mudança no contexto das sociedades complexas. O exemplo do Noroeste Português no I Milênio a.C.*" foi alterado e ao texto foram acrescentadas a Introdução e as notas.

² Professora Associada com Agregação da Universidade do Minho; Presidente da Unidade de Arqueologia da mesma Universidade.

1. INTRODUÇÃO

A. C. da Silva, inicia a Introdução da sua síntese relativa à Cultura Castreja do NO português, datada de 1986, do seguinte modo:

“As particularidades que o Noroeste peninsular foi registando cumulativamente desde os tempos pré-históricos vão evidenciar-se com a emergência, a partir do final da Idade do Bronze, de uma cultura original fundamentalmente caracterizada pelo seu tipo peculiar de habitat em povoados fortificados em posições elevadas vulgarmente conhecidos pelo nome geral de castros, donde deriva a sua designação tradicional de cultura castreja, que, constituindo já um intenso foco de densidade humana, ocupa um lugar bem individualizado na Proto-história peninsular e é sem dúvida uma das manifestações mais significativas desta vasta região”.

Noutra síntese, datada de 1987, a autora deste artigo afirmava, entretanto:

“... pensamos que haverá que definir qual o verdadeiro significado cultural da existência de uma modalidade de ocupação do território, aparentemente comum a uma vasta área geográfica. Será que existe uma “cultura” específica nesta região desde os inícios do I milénio a.C, como defendem alguns autores? Ou será que, independentemente de uma estratégia comum de ocupação do território, cujas motivações podem ser bastante diversas, apenas existem critérios de uniformidade e interação culturais, suficientes para definir uma “Cultura”, num momento relativamente avançado da Idade do Ferro”.

As afirmações dos dois autores prefiguram duas posições diferenciadas na interpretação da realidade cultural do I milénio a.C. no espaço geográfico do NO peninsular, sendo simultaneamente reveladoras das premissas que sustentam a construção do discurso arqueológico: por um lado, a assumpção da existência de culturas arqueológicas específicas de áreas geográficas, regra geral amplas, não raro relacionadas com a aceitação de características étnicas particulares; por outro, a desconfiança relativamente à possibilidade de conformar os traços da cultura material das comunidades ao conceito antropológico de Cultura.

Os enunciados acima referidos expressam, igualmente, diferentes estratégias de pesquisa relativamente à mesma realidade cultural. De facto, a assumpção de existência de uma Cultura, materializada por traços que se escalonam num tempo espacializado, condicionou e condiciona o questionário de investigação, reduzido praticamente à identificação dos traços arqueográficos comuns e das fronteiras étnico-políticas e à sistematização das suas etapas de desenvolvimento. Como ponto de partida valoriza-se o tempo em detrimento do espaço, o geral em prejuízo do particular. A outra posição, assumindo o questionamento da ideia apriorística de unidade cultural tem tendência a privilegiar os particularismos espaço-temporais das comunidades e a olhar a Cultura, não como entidade arqueográfica discreta, mas como algo que se forja permanentemente dentro dessas coordenadas.

De certo modo, as duas posições referidas reflectem, também, o longo percurso de

construção do discurso arqueológico, ao longo do século XX, que forjou conceitos operativos e modelos interpretativos, dentro dos quais se alinham interrogações e respostas, com vista a produzir uma narrativa credível de um passado que terá sempre a grandeza de nos desafiar.

Partindo das posições enunciadas este texto procurará equacionar o modo como a historiografia perspectivou a evolução cultural do I milénio a.C. no NO português. Mas, porque toda a narrativa arqueológica se constrói com conceitos e preconceitos, forçoso é que nos situemos primeiro no domínio das noções operativas, para depois olharmos os dados e os conhecimentos disponíveis, eles, também, já formulados com base em princípios estruturantes, através dos quais racionalizamos a realidade.

De facto, não é intenção deste trabalho gizar o quadro cultural das comunidades proto-históricas do NO português, mas, tão só, analisar as grelhas de apreensão que presidem ao discurso arqueológico, com as quais e dentro das quais se organizam e estruturam os conhecimentos. Por isso, este texto deve ser lido como um exercício de desmontagem das diferentes leituras de uma fracção temporal, geográfica e cultural do nosso passado. Pretende-se, deste modo, sintetizar conceitos adquiridos e ilustrar como os conhecimentos se inserem sempre em modelos de representação do passado, que foram emergindo em contextos históricos precisos.

O presente texto encontra-se estruturado em três partes fundamentais. A primeira, sumaria, brevemente, um conjunto de noções operativas que enformam a visão do passado e a sua análise, designadamente, tempo, espaço, cultura, complexidade, mudança, evolução, modelos e mitologias. Numa segunda parte, enunciam-se os diferentes cenários que, paulatinamente, foram dando expressão a um conjunto de conhecimentos empíricos e interpretativos sobre o I milénio a.C. no NO português. Finalmente, a terceira parte reintroduzirá a problemática da construção do conhecimento, com algumas propostas de leitura crítica da realidade cultural em análise, fazendo eco de um conjunto de enunciados, presentes no debate teórico que cruza a generalidade das Ciências Sociais, nos últimos quinze anos.

Assumindo a responsabilidade e o desconforto de questionar o saber adquirido sobre o passado de uma região, apoiamo-nos na premissa de que ele se encontra isolado do presente, sendo, por isso, sempre, uma construção moldada por estruturas teóricas específicas. Renunciamos, assim, à comodidade de aceitar o passado como realidade cumulativamente apreendida, seja numa perspectiva historicista, que o recria como narrativa do que aconteceu, seja na perspectiva positivista, que olha o passado como algo objectivável e mensurável, desde que se utilizem as metodologias adequadas.

Contrariando a ideia de um passado objectivo, enunciado na forma de Culturas, ou de processos evolutivos, susceptível de ser descoberto e reconstruído por acumulação de observações, juntando bocados, com método, disciplina e raciocínio³, defendemos, neste texto, uma concepção de passado que é sempre interpretação, valorizando a responsabilidade hermenêutica

³ Muito embora a ideia de passado representado pelo somatório de informações caracterize tanto a Arqueologia tradicional de matriz histórico-cultural, como a Nova Arqueologia, foi o positivismo do método desta última que creditou a pretensão de ser possível viajar com segurança entre o passado e o presente, admitindo a verdade dos factos como objectivo da ciência arqueológica.

do sujeito que o constrói, que detem, neste contexto, um papel fulcral⁴. A ele se exige a auto-consciência de um saber, condicionado por modelos de compreensão, cultural e disciplinarmente específicos e, simultaneamente, a produção de um discurso, cujo significado não pode ser final ou conclusivo, porque diferido pelos modelos que lhe dão expressão⁵.

O passado é, como afirma D. Lowenthal, "*um país distante*"⁶, que obriga a múltiplas viagens de ida e volta, nem sempre com garantia de retorno.

2. AS NOÇÕES OPERATIVAS: GRELHAS DE LEITURA; PROCESSOS E CONCEPÇÕES ESTRUTURANTES

O tema da continuidade e mudança, objecto deste texto, situa-nos no cerne de um dos paradigmas dominantes do pensamento modernista, o evolucionismo, que antes de demonstrado pela Ciência foi afirmado pelos filósofos. Mais do que uma teoria interpretativa da realidade, o evolucionismo constitui uma verdadeira estrutura de pensamento, uma lógica subjacente ao posicionamento e ao saber do homem ocidental. Foi ele que deu sentido às Ciências Humanas, tornando o Homem sujeito e objecto de conhecimento. Por isso, é grande a dívida moderna para com o evolucionismo: porque facultou uma explosão de conhecimentos, mas, também, porque gerou o contexto da sua própria transcendência.

É no interior dessa grelha, que deu sentido e expressão à leitura de um passado, diferente, mas, simultaneamente, justificativo do presente, que nos habituámos a ler e reler o tempo, o espaço, as Culturas, a sociedade, a continuidade e a mudança, conceitos fundamentais da narrativa histórica, arqueológica e antropológica, tornados operativos dentro de modelos teóricos forjados pela própria complexificação do conhecimento. Por isso, não é possível desligar os conceitos do seu contexto de emergência. De facto, é na sua historicidade que os podemos e devemos compreender, porque os conceitos, inseridos na textura da linguagem e da comunicação, têm uma natureza substantiva e processual: eles expressam e transmitem aquilo que julgamos saber, mas, também, a genealogia da constituição histórica da nossa compreensão do real.

⁴ Todo o conhecimento é na essência interpretação e interpretação da interpretação (FOUCAULT 1969), sendo o problema da verdade sobre ele determinado pelo contexto histórico que dá sentido e fixa essa verdade (SANTOS 1989, 114). Aceitando-se a premissa de M. Foucault de que a verdade é meramente a história da verdade, estabelecida pelo jogo das práticas do ver e dizer de cada época, parece correcto admitir que a verdade do conhecimento não será senão a melhor ideia que temos, num determinado momento, para explicar o que se passa e na qual nos parece vantajoso acreditar.

⁵ Ao contrário da Nova Arqueologia positivista esta postura não parece oferecer qualquer segurança metodológica, senão aquela que advém da responsabilidade do sujeito, uma vez que é ele que estabelece a ponte entre passado/presente através da narrativa. Nesta perspectiva o conceito de objectividade e a própria pretensão de verdade devem ser olhados como estratégias sociais historicamente condicionadas para gerar consensos (CARRILHO 1994b, 9-12), devendo as categorias de verdade e demonstração, tão próprias do discurso positivista, ser substituídas pelas de decisão razoável e justificação, uma vez que, quer a autoridade, quer a legitimidade do discurso cognitivo têm menos a ver com a verdade do que com o reconhecimento académico (BOURDIEU 1977; SANTOS 1989, 108).

⁶ Este é o título de uma obra deste autor "*The past is a foreign country*", datada de 1985.

Sustentamos, assim, a postura de que os conceitos não são veículos neutros e objectivos, equivalentes ao real, mas sim representações, constituindo forma e meio de lidar com ele.

Falar de sociedades que aconteceram, implica utilizar conceitos que constituem grelhas de leitura, como tempo, espaço e Cultura, conceitos processuais de dinâmica histórica, como complexificação, mudança, evolução, bem como modelos que constituem as concepções estruturantes da narrativa.

Os conceitos enunciados, sendo básicos, são profundamente abstractos e simbólicos. A sua materialidade constitui-se permanentemente através do discurso e da linguagem, dentro dos quais, e através dos quais, se estrutura o saber sobre o passado, sempre compreendido e assimilado à experiência e informação. Por isso, esses conceitos não foram, não estão, nem estarão nunca definitivamente adquiridos, sujeitando-se a reinterpretação constante, pois a linguagem e o conhecimento são intrinsecamente transformativos. É precisamente essa capacidade de alteração dos significados que possibilita a renovação do discurso e do nosso saber.

2.1. TEMPO, ESPAÇO E CULTURA

A abordagem do passado implica a manipulação permanente de vários conceitos, designadamente do de tempo, património privilegiado da História, do de espaço, tradicionalmente o território da Geografia e do de Cultura, inserindo-se este último no continente cognitivo de várias disciplinas: a sua descrição sequencial é atribuída à História, a sua interpretação à Antropologia e Sociologia. E, no entanto, os três conceitos estão profundamente ligados, pois as Culturas, sejam elas o que forem, em termos conceptuais e empíricos, ocorrem em tempos e espaços específicos, que só têm sentido pela experiência humana. De facto, o tempo é uma faceta universal dessa experiência, que se retroalimenta de cultura, realizando-se esta, inevitavelmente, em temporalidades e espaços, que se constroem culturalmente. Tempo e espaço são inerentes ao comportamento e este é tão temporal quanto espacial.

A disjunção destas noções representa um artifício necessário no quadro de uma afirmação científica do conhecimento do Homem e da Sociedade. De facto, foram as construções filosóficas de Leibniz e de Kant, que permitiram olhar tempo e espaço como categorias vazias, com continuidades infinitamente divisíveis, ou seja, como ambientes da vida social e cultural, ajudando, assim, a criar a divisão disciplinar e a desenvolver os seus paradigmas.

A Arqueologia ilustra esta afirmação, pois foram as noções de tempo, enquanto escala ordenadora e a ideia de espaço neutro e geometrizarante, que permitiram adoptar o paradigma histórico-cultural e, nos anos 60 do séc. XX, o paradigma processual. Dentro do primeiro cabe uma noção de Cultura, enquanto entidade discreta e inteligível, como somatório de vestígios e comportamentos recorrentes, escalonados num tempo/espaço especializados. O segundo concebe a Cultura como sistema integrado e em interacção com o meio ambiente, tendendo para um equilíbrio permanente. Estes paradigmas, estruturantes da investigação do passado, bebem do evolucionismo a ideia nuclear de que as sociedades se escalonam no tempo, importando identificar e ordenar sequencialmente os traços culturais, na sua crescente complexidade.

2.2. COMPLEXIDADE, MUDANÇA E EVOLUÇÃO

O conceito de complexidade é fundamental para compreendermos a evolução das sociedades. E, no entanto, ele é um conceito dúbio que não dá conta, por si só, da natureza e escala de nenhuma sociedade. Ele é apenas um conceito valorativo, alicerçado no evolucionismo idealista do séc. XIX, que pressupõe um estádio cultural mais perto do nosso, como mais complexo que o anterior.

A evolução das sociedades, assumida como passagem do simples ao complexo através de estádios de complexificação crescente, que se aproximam cada vez mais do nosso patamar civilizacional, pressupõe a noção operativa de mudança, ou seja, a ideia de descontinuidade que justifica a ordenação do passado em etapas ou estádios.

Podemos, assim, afirmar que o evolucionismo se alimenta de complexidade e de mudança. A Arqueologia, supostamente bem situada, no âmbito das Ciências Humanas, para lidar com a evolução, em longos períodos de tempo, dedica, assim, grande parte dos seus esforços à busca das descontinuidades, preferencialmente de âmbito tecnológico e à sua explicação, porque elas facultam o seccionamento do tempo linear das Culturas, potenciando a sua narrativa.

Postulada a crescente complexidade como algo inevitável no processo civilizacional, assumido foi, também, que as mudanças se operam sempre no sentido de uma maior transformação de energia, maior adaptação ao meio, maior especialização funcional, maior integração social e maior diferenciação estrutural, porque, foi esse, afinal, o sentido da evolução característica da Civilização ocidental⁷. Sendo esta que tem necessidade de uma narrativa histórica, enquanto legitimação, forçoso é que se entenda o evolucionismo como matriz estruturante do saber e, simultaneamente, como preconceito limitador do mesmo. As construções explicativas do passado reflectem esse paradoxo.

2.3. MODELOS E MITOLOGIAS

A evolução e transformação das sociedades, sendo, por si mesmos, processos mudos de teor explicativo, carecem, no quadro da sua abordagem científica, de análise causal, formulada no âmbito de modelos de inteligibilidade, construídos segundo as nossas percepções da realidade social e da sua dinâmica. Por modelo entenda-se representação, imagem a reproduzir, de um fenómeno ou processo, que o torna legível, através de uma cosmética de simplificação e formalização. Os modelos usados em Arqueologia, em geral importados das Ciências Sociais, são, deste modo, simples representações do passado, que relevam de escolhas metodológicas prévias.

⁷ Estas ideias de crescimento e complexificação foram bem sistematizadas por Talcott Parsons (1964; 1966), tendo influenciado tanto os antropólogos neoevolucionistas, como os pensadores da Nova Arqueologia processual funcionalista, que irão considerar o aumento da população, da energia, da diferenciação e da integração como motores da evolução. Nos finais dos anos 70 o alargamento da noção de sistema introduziu modelos mais complexos de explicação para a mudança das sociedades.

Herdámos de E. Durkheim e de Radcliffe Brown a imagem conceptual analógica da sociedade vista como organismo, o que induziu a aceitar que os sistemas culturais e sociais tendem a manter a estabilidade, salvo se forem influenciados do exterior, ou gerarem tensões internas capazes de alterarem o seu equilíbrio. Por sua vez, devemos a Max Weber uma leitura mais dinâmica da sociedade, igualmente mais problematizante, que vê as mudanças a ocorrerem em diferentes ritmos e direcções, desencadeadas e alimentadas por interacções complexas de variáveis ecológicas, tecnológicas, sociais, culturais e psicológicas. Entre o modelo de equilíbrio e o de mudança, que dominam a nossa concepção da sociedade, a representação e explicação evolutivas, privilegiam sempre um discurso por etapas que representam descontinuidades impostas pela análise ao *continuum* histórico das sociedades.

Deste modo, a percepção do passado só tem sentido numa galeria de modelos representativos, nem sempre assumidos explicitamente, através dos quais ele é transportado aos diferentes presentes. De facto, por detrás de qualquer observação, premissa, ou generalização, existem sempre modelos, alicerçados em teorias, que asseguram sentido ao discurso do passado.

Aceitando as teorias e modelos como estruturas de pensamento, indispensáveis à produção do conhecimento, forçoso é advertirmo-nos contra o perigo de os pensar como realidade e não como esquemas cognitivos visualizantes, classificatórios e explicativos que são. A ilusão realista de que os modelos correspondem àquilo que pretendem descrever e explicar, acaba por transformá-los em mitos que, retroalimentando-se da sua própria representação, acabam por perder o seu valor, enquanto instrumentos de pesquisa.

3. OS DADOS: BASE EMPÍRICA E INTERPRETATIVA

Porque assumimos que o passado tem e terá sempre a grandeza de nos desafiar e porque remetemos o seu conhecimento para a categoria de discurso e não de verdade, procuraremos, seguidamente, equacionar os diferentes cenários representativos da evolução cultural do I milénio a.C., no NO português, dentro dos quais se pensaram os processos de continuidade e mudança. Procuraremos, ainda, demonstrar como esses cenários, embora sequenciais, em termos da história das investigações, não se excluem, nem se anulam uns aos outros, representando antes leituras divergentes e alternativas do mesmo possível passado.

3.1. CENÁRIO 1: O ROMANTISMO DAS "CIDADES MORTAS"

Uma das materialidades mais notáveis do passado proto-histórico da região do NO peninsular está representada pelos castros. Se a sua monumentalidade, proporcionada pelo aparato das suas ruínas, atraiu a curiosidade dos espíritos eruditos da nossa modernidade que deles deram referências várias, entre os sécs. XVI e XVIII, foi, todavia, o Romantismo, ao alicerçar o interesse académico pela História nacional e regional e, dentro desta, pela Arqueologia, que contribuiu para identificá-los como povoados proto-históricos, conferindo-lhes sentido

funcional, temporal e espacial.

A arqueologia dos castros nasceu, assim, na órbita do Romantismo, com os seus particularismos ideológicos e patrióticos, assumidos e personificados por eruditos como Martins Sarmento, ou Alberto Sampaio, que dedicaram toda uma vida ao estudo de uma única região, registando, simultaneamente, artes, tradições e antiguidades, na procura de uma continuidade histórica que fundamentasse a tendência tradicionalista, que, no séc. XIX, defendia o passado contra os ventos da mudança⁸.

Se é certo que os trabalhos pioneiros de Martins Sarmento constituem um exemplo da introdução em Portugal da Arqueologia, enquanto disciplina científica, não é menos verdade que a percepção deste erudito, tal como a de outros, que posteriormente se dedicaram ao seu estudo, estava profundamente marcada pela filosofia do movimento romântico.

O Romantismo encontra-se patente no fascínio que as cidades mortas, cujo nome se ignorava, cujo tempo era incerto, exercia sobre os eruditos de então. As palavras de Henri Martin, aquando da visita dos Congressistas do IX Congresso de Antropologia e Arqueologia à Citânia de Briteiros, são bem reveladoras desse espírito. Afirmava o referido erudito:

“Quando por todo o país, se tiverem multiplicado as explorações, quando todas as descobertas forem classificadas pelo methodo dos archeologos do Norte e dos naturalistas, poder-se-á então ver se, através dos nevoeiros da história, se pode entrever um bocadinho de céu azul, algum nome de povo, algum retalho da verdade. São estes os meus calculos, sem grande esperança de os ver realizados”.

Todavia, o Romantismo, que fez nascer a arqueologia das “cidades mortas” e, com ela, a investigação da Proto-História do Norte de Portugal, está igualmente presente nas tendências que acabou por imprimir à investigação. Elas são visíveis no carácter regionalista e tópico das pesquisas e no amadorismo dos seus protagonistas, repercutindo-se por muitas décadas e criando fortes constrangimentos ao desenvolvimento dos conhecimentos.

Na verdade, não se superou por completo, senão já nos anos 80 do séc. XX, o amadorismo e o isolamento dos investigadores, ou a perspectiva da Arqueologia enquanto busca das origens de uma região, aspectos característicos da mentalidade dominante nos primórdios da investigação arqueológica do século XIX.

Estas tendências, dominantes no cenário 1, irão ser reforçadas, a partir dos anos 20/30, do nosso século, pela introdução na arqueologia peninsular do paradigma histórico-cultural, na sua versão alemã, que passará a dominar o quadro cognitivo da Pré-História, constituindo-se em reflexão sobre a identidade e particularismos regionais, legitimada e creditada teoricamente. Efectivamente, será esse paradigma, patente nas sínteses de P. Bosch Gimpera, que fornecerá, finalmente, um modelo interpretativo coerente para os achados que, entretanto, se multiplicavam e para os quais os investigadores buscavam apenas filiações étnicas.

⁸ Sobre o contexto ideológico do Romantismo e as suas repercursões no desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas em Portugal veja-se Jorge de Freitas Branco (1986, 75-101).

3.2. CENÁRIO 2: OS RESULTADOS DE MEIO SÉCULO DE INVESTIGAÇÕES

3.2.1. O HISTORICISMO DA “CULTURA CASTREJA”

O notável esforço sistematizador de P. Bosch Gimpera, que arrumou e interpretou, com notável rasgo, um vasto conjunto de dados arqueológicos peninsulares, não poupou o NO. Foi ele que deu expressão cronológica e cultural aos achados metálicos da Idade do Bronze e, simultaneamente, aos numerosos povoados fortificados, com as suas muralhas e casas redondas, ao inseri-los no âmbito da II Idade do Ferro Peninsular, considerando-os uma Cultura de tradição pós-hallstática, evidenciada pelas características das armas e da ourivesaria.

O conhecimento relativo à região do NO ibérico, no período correspondente ao I milénio a.C., foi, assim, espartilhado entre duas Culturas: a Cultura do Bronze do Noroeste, designada, posteriormente, por Cultura do Bronze Atlântico e a Cultura dos Castros, mais tarde apelidada de Castreja. Se é certo que os achados metálicos do Bronze Atlântico exerceram sempre grande fascínio sobre os investigadores, a verdade é que foi a Cultura dos castros que mereceu globalmente maior interesse e atenção. De facto, ela oferecia todas as condições para desenvolver uma concepção histórico-cultural do passado proto-histórico, reforçando o enigma romântico das cidades mortas, a busca das origens étnicas de uma região e a reconstituição etnográfica do modo de vida.

Vejamos, pois, como e sobre que bases foi conceptualizada a Cultura dos Castros.

3.2.1.1. A conceptualização de Cultura: os vestígios, os homens e a sociedade

O modelo histórico-cultural aplicado ao espaço cognitivo da Proto-História do NO, ao individualizar culturalmente a região, com base na recorrência de um tipo de habitat particular, o castro, representa, com toda a propriedade, um verdadeiro paradigma, na acepção de T. Kuhn (1962), pois forneceu, não só uma matriz de representação do passado, a “Cultura”, como um verdadeiro programa de investigações. A partir de então estava definida a tarefa dos investigadores, que passava por tipificar as suas expressões materiais, precisar a sua área geográfica, definir a componente étnica da população e sistematizar a sua evolução.

Embora com dificuldades metodológicas consideráveis, pois os métodos de registo usados pecaram por generalizada falta de rigor, até aos anos 80, podemos considerar que esse programa foi escrupulosamente cumprido pelos investigadores regionais, ao longo de cerca de meio século de pesquisas, período durante o qual a tónica dominante dos estudos se situou no notável esforço desenvolvido em prol da defesa da uniformidade da cultura material.

Os tópicos das sínteses produzidas, dentro das quais cabe destacar a de F. Lopez Cuevillas, nos anos 50, para o conjunto do NO, são reflexo desse esforço sistematizador: arquitectura, arte ornamental, metalurgia, cerâmica, ourivesaria, monumentos com forno, são assumidos como temáticas individualizadas que favorecem uma imagem de homogeneidade, em grande medida anacrónica, pois as categorias tipificadores desta Cultura, plasmavam-se, por ausência de contextos estratigráficos e cronológicos precisos, na única realidade que lhes dava sentido e

nome, o castro, ou seja, o local da sua ocorrência.

A Cultura dos Castros foi, pois, conceptualizada com base num conjunto de vestígios materiais, na sua grande generalidade descontextualizados, mas, sobretudo, com base na recorrência de um tipo de habitat, o castro, com as suas casas redondas de pedra e poderosas fortificações, aspectos, ainda hoje considerados, por muitos autores, como referenciais na caracterização daquela Cultura.

A par da arrumação dos vestígios que norteou as investigações, até aos nossos dias, refira-se, também, os esforços desenvolvidos no sentido de se estabelecer, quer a filiação étnica das populações, quer a estrutura organizativa da sociedade.

Se a caracterização desta Cultura implicava a valorização dos achados arqueológicos, já os aspectos étnicos e sociais pressupunham uma avaliação de outras fontes, designadamente literárias e linguísticas.

A problemática relativa à componente étnica das populações incidiu fundamentalmente na questão da celtização do NO, interpretada a partir da leitura da Ora Marítima de Avieno e com base na linguística comparada. Outras obras literárias ajudaram a desenhar o quadro do povoamento do NO, designadamente, Ptolomeu (II, 6), o Livro III da Geografia de Estrabão e a História Natural de Plínio (III, 28).

Mau grado as limitações deste tipo de fontes e a necessidade de as olhar criticamente, elas dão conta, pelo menos para o período imediatamente anterior à Romanização, de uma realidade complexa, expressa na referência a numerosos povos, cuja origem é, todavia, omissa. Pouco sabemos, por isso, sobre o real significado étnico dessas designações, pois a linguística e as referências aos aspectos sociais e religiosos destas comunidades, feitas pelos geógrafos e historiadores da antiguidade, permitem apenas integrar o mosaico de povos do NO português num único conjunto de origem indo-europeia⁹.

O quadro social, económico e político, retratado nas sínteses da Cultura dos castros e reconstituído a partir das fontes escritas, reportável, quanto muito, aos finais do I milénio a.C., com base na datação das próprias fontes, sendo aceite como realidade para toda a sequência cultural de ocupação dos castros e, simultaneamente, para o conjunto do NO, revela uma das facetas mitológicas desta Cultura, pois a realidade cultural de uma vasta região, num tempo longo, aparece comprimida num tempo e espaço sem História.

3.2.1.2. A redução da complexidade: o espaço sem tempo e o tempo sem espaço

A adopção de um conceito artefactual de Cultura, concebida como somatório de traços particulares, mas supostamente mudos quanto à estrutura da sociedade, remeteu o estudo da evolução da Cultura dos castros para a categoria de crónica da cultura material, específica de determinada região, articulada com determinados grupos étnicos.

⁹ Sobre o mosaico dos povos que habitavam o NO português à data da sua integração no Império romano veja-se A. Tranoy (1981), A. C. Ferreira da Silva (1986), Jorge de Alarcão (1992, 339-345). Uma perspectiva crítica dos dados relativos à etnogénese do Norte de Portugal pode ser apreendida a partir de M. Martins e S. Oliveira Jorge (1992, 347-372).

O modelo conceptual prefigurado ignora, assim, indivíduos e acções, pressupõe o espaço como cenário e utiliza o tempo apenas como escala cronométrica de acontecimentos e mudanças, definidores de estádios culturais, ou seja, de espaços de inteligibilidade do passado. Dentro deste modelo, de marcado cunho idealista, o espaço surge-nos atemporal, não parecendo sofrer qualquer evolução e o tempo como algo não materializável em acções espacialmente estruturadas.

De facto, a noção de espaço está praticamente ausente da bibliografia, até praticamente aos anos 80, aparecendo vagamente assimilada à de área geográfica de expressão da Cultura dos Castros, sucessivamente precisada por vários autores¹⁰.

A simplicidade redutora com que se assumiu o espaço, idealizado como ahistórico, está relacionada com igual simplicidade, presente na construção das sequências evolutivas desta cultura e nas explicações forjadas para a mudança, que protagonizam um verdadeiro tempo sem espaço.

Vejamus como se elaborou o tempo desta Cultura, se sistematizou e explicou a sua evolução.

3.2.2. A MONTAGEM DA SEQUÊNCIA E A ARRUMAÇÃO DOS DADOS

A ideia de que as Culturas evoluem por estádios concede grande importância, por influência da História, aos factos e acontecimentos, designadamente às migrações, invasões e conquistas e, por influência da História da Arte, aos estilos, presentes na escultura, na cerâmica e na ourivesaria, sendo estes assumidos como fósseis directores que servem ao paralelismo comparativo e ao estabelecimento de influências forâneas.

A montagem de uma sequência evolutiva da Cultura dos castros recorreu a esse modelo, produzindo um esquema cronológico e evolutivo fluido, apresentado mais como uma problemática de filiações, do que como uma grelha de leitura das suas expressões materiais. De facto, só nos anos 80, com a introdução de uma metodologia mais positivista, se adquiriu alguma segurança na análise e interpretação do registo arqueológico, passando a cronologia a constituir uma verdadeira dimensão de referência para os vestígios, superando-se, assim, o anacronismo que os caracterizara anteriormente.

3.2.2.1. Os sistematizadores e as explicações

De um modo relativamente grosseiro podemos considerar duas fases de sistematização da Cultura dos castros.

Numa primeira fase o desenvolvimento cultural da região do NO foi perspectivado com base nas invasões indo-europeias, que forneciam a cronologia e, simultaneamente, a explicação do processo cultural regional. A emergência dos castros representava, neste quadro, uma simples consequência da instabilidade decorrente das invasões célticas, responsáveis pela introdução

¹⁰ Entre os vários investigadores que tentaram definir os limites desta área cultural podemos referir F. Lopez Cuevillas (1933, 99); Romero Masiá (1976, 2-3), C. Alberto F. de Almeida (1974c, 173) A. Tranoy (1981) e A. C. Ferreira da Silva (1986, 17-18).

da metalurgia do ferro no NO¹¹. A sua evolução seria seguidamente pautada por influxos exteriores, hallstáticos e romanos¹².

Numa segunda fase, que durará até praticamente aos anos 90, e em resultado de uma maior acumulação de informações, procurou-se valorizar algumas expressões culturais internas, designadamente, as fortificações¹³, a petrificação das casas¹⁴, a arte¹⁵ e a ourivesaria¹⁶. No entanto, o quadro da evolução cultural continuou a utilizar fenómenos como a celtização, a influência hallstática e a conquista romana, para definir diferentes fases e explicar as mudanças. Este modelo está presente na proposta de C. Hawkes, fundamentada na escavação de Sabroso, bem como em quase todas aquelas que foram produzidas até e durante os anos 80¹⁷.

Cabe destacar, nesta avaliação esquematizada, e naturalmente redutora, a proposta de J. Maluquer de Motes, que, nos anos 70, situou a emergência dos castros no contexto do Bronze Final, considerando a sua evolução como o resultado de um processo cultural local, favorecido por uma adaptação particular ao meio¹⁸. A importância desta contribuição, timidamente funcionalista, reside na desvinculação da emergência desta Cultura do fenómeno das invasões e na valorização das particularidades geomorfológicas do NO. No entanto, a sua periodização viria a recorrer, quase inevitavelmente, a fenómenos externos, como a queda de Tartessos e a expansão céltica para o NO, por volta de 500 a.C., bem como a campanha de *Decimus Junius Brutus*, entre 138-136 a.C.. Estas balizas viriam a definir um modelo estadal tripartido para a Cultura dos Castros.

Foram as datas de radiocarbono, obtidas, nos anos 80, para a primeira metade do I milénio a.C.¹⁹, que demonstrando a grande antiguidade de alguns povoados fortificados, permitiram sustentar a hipótese da emergência da Cultura Castreja, num contexto do pleno florescimento da metalurgia do bronze no NO, estendendo-a a todo o I milénio a.C.. As sequências culturais

¹¹ Posteriormente a P. Bosch Gimpera será M. Santa Olalla (1946) que sistematizará o quadro das migrações e invasões responsáveis pela introdução da metalurgia do ferro na Península.

¹² Este tipo de esquema evolutivo e interpretativo pode ser observado nas sínteses de P. Bosch Gimpera (1932; 1933, 54-72; 1939; 1942), de F. Lopez Cuevillas (1953; 1954), de Blanco Freijeiro (1960, 179-195) e de Mário Cardoso (1962, 5-37).

¹³ O estudo das fortificações mereceu particular atenção a C. Hawkes que, com base na análise das muralhas de Sabroso, elaborou uma proposta evolutiva para os castros do Norte de Portugal (CARDOSO 1958, 439-454; HAWKES 1971, 283-287; 1984, 187-193).

¹⁴ Esta característica foi particularmente valorizada por C. Alberto Ferreira de Almeida (1983, 70-74), que nela sustentou um modelo evolutivo interno para a evolução dos castros, o único que foge às balizas cronológicas tradicionalmente sugeridas pelos outros investigadores.

¹⁵ Deve-se a C. Alberto F. de Almeida (1986) a valorização cronológica das manifestações artísticas características dos castros da região meridional do NO ibérico.

¹⁶ A rica ourivesaria proto-histórica da região do NO português foi objecto de estudo por parte de vários investigadores. No entanto, o trabalho que melhor a sistematiza do ponto de vista cronológico, tecnológico e estilístico deve-se a A. Coelho Ferreira da Silva (1986).

¹⁷ Além da proposta de A. C. Ferreira da Silva (1986), cabe incluir nesta perspectiva as elaboradas por F. Acuña Castroviejo (1977, 249) e A. Tranoy (1981).

¹⁸ A perspectiva adaptativa enunciada por J. Maluquer de Motes (1973, 335-342), será desenvolvida noutros trabalhos realizados nos anos 80, designadamente por M. Martins (1990), X. Carballo Arceo (1986; 1990, 161-199), sendo assumida de um modo original pelo pré-historiador F. Criado Boado (1988, 61-117; 1989, 109-137).

¹⁹ As primeiras datas de radiocarbono reportáveis ao Bronze Final obtidas em povoados fortificados devem-se a A. C. Ferreira da Silva (1986) e M. Martins (1990), referindo-se, respectivamente, aos povoados do Coto da Pena, Caminha, S. Julião e Barbudo, Vila Verde.

continuaram, contudo, a ser estabelecidas com base em factos históricos e num jogo de influências exógenas de âmbito tecnológico e estilístico, de origem atlântica, centro europeia, meridional e romana. Este esquema evolutivo está bem patente na proposta de A. C. da Silva para a Cultura Castreja da área do NO português, publicada em 1986.

É na literatura dos anos 80 que podemos encontrar, no quadro de uma finalmente conseguida normatização da prática arqueológica de campo, todas as expressões do modelo histórico-cultural, pois estavam finalmente superados o Romantismo, o amadorismo e o anacronismo característicos dos cenários I e II.

A entidade "Cultura Castreja" aparece então concebida como o resultado de um conjunto de particularismos culturais e regionais, materialmente observáveis, cumulativamente sedimentados ao longo de um tempo, simultaneamente, linear, porque cronométrico, o I milénio a.C., e cíclico, na perspectiva de Toynbee, pois comporta a ideia de emergência, apogeu e declínio civilizacional.

As sistematizações da evolução desta Cultura, propostas ao longo da década de 80, diferindo, por vezes, apenas, nas datas valorizadas, usam e abusam de acontecimentos, estilos e do exótico, presumidos como válidos para balizar descontinuidades, raramente comprovadas pelo registo arqueológico. Tais sistematizações assinalam, de um modo elaborado, a importância concedida ao migracionismo e difusionismo, olhados como únicos processos de mudança e não como simples modelos explicativos. De um modo geral, elas ignoram, também, os contextos económicos e sociais das comunidades, que poderiam conferir algum significado a esses fenómenos e permitir compreender a dinâmica da mudança.

Contudo, a renovação metodológica da arqueologia portuguesa na última década gerou efeitos contraditórios. De facto, ao fornecer uma base empírica mais consistente, ela permitiu dar segurança aos pressupostos evolutivos e difusionistas dominantes, sedimentando o historicismo característico do cenário 2. Mas, foi essa renovação que possibilitou, também, um contexto de crítica a esse modelo, gerando as condições para a sua superação e para a emergência de um discurso alternativo, que constitui um terceiro cenário de representação da evolução cultural do I milénio a.C., no NO português.

3.3. CENÁRIO 3: OS CONTRIBUTOS DOS ANOS 80

A materialização deste cenário resultou da convergência de vários projectos de investigação, desenvolvidos no Norte de Portugal, centrados em temáticas diferenciadas da Pré e Proto-História, pautados por novas interrogações, inseridas num novo enquadramento teórico, que viriam a traduzir-se por novas leituras do registo arqueológico, em novos conhecimentos e interpretações.

3.3.1. O ALARGAMENTO DOS HORIZONTES: O RECONHECIMENTO DA VARIABILIDADE E A TENTATIVA DE REABILITAR O ESPAÇO

O questionamento do modelo tradicional e a valorização do tempo e do espaço permitiram olhar os sítios arqueológicos e a cultura material, não como protótipos de Culturas, mas como entidades susceptíveis de serem interpretadas, potenciando, portanto, inferências de natureza

socio-económica e simbólica, bem como a leitura das dinâmicas de ocupação do espaço.

Para tanto foi necessário valorizar a totalidade do registo arqueológico e não apenas aqueles vestígios, supostos como mais reveladores de informação, no quadro de uma análise culturalista ou difusionista. Se os sítios arqueológicos deixaram de ser vistos isolados, passando a ser inseridos na paisagem e em redes de povoamento, os objectos e estruturas foram, por sua vez, questionados em termos tecnológicos, funcionais e simbólicos.

Genericamente podemos considerar que os anos 80 se caracterizaram por uma valorização positivista do tempo e do espaço, bem expressa no recurso sistemático à estratigrafia, na utilização generalizada do radiocarbono²⁰, na aplicação de modelos de análise espacial²¹ e nos primeiros trabalhos de âmbito paleo-ecológico²², numa tentativa de compreensão da evolução da paisagem e dos processos de desenvolvimento económico e social das comunidades proto-históricas. Deste modo, foi possível reconhecer variabilidades sincrónicas e diacrónicas, onde até então era suposta a homogeneidade e dar expressão temporal ao espaço que passou a ser percebido na sua interacção com as comunidades.

Afinando-se a matriz temporal, foi possível contextualizar o espaço, que, ao adquirir perspectiva histórica, ganhou legibilidade em termos funcionais e socio-económicos.

Todavia, se considerarmos o reduzido número de estações reportáveis aos contextos cronológicos e culturais do I milénio a.C., escavadas nos anos 80, com rigor estratigráfico e para as quais dispomos de dados publicados, teremos que reconhecer, necessariamente, que não foi tanto a acumulação de dados que potenciou o avanço dos conhecimentos nessa década, como as novas questões que foram colocadas ao registo arqueológico.

Foi esse questionamento que ajudou a superar a arqueografia e os modelos explicativos dominantes, renovando o discurso e introduzindo novos conceitos. Foi com esse novo olhar que se procurou fundamentar uma outra sequência evolutiva para o I milénio a.C..

3.3.2. DA ARQUEOGRAFIA À EXPLICAÇÃO: A BUSCA DE UMA OUTRA SEQUÊNCIA

Uma alternativa às sistematizações protagonizadas pelo discurso culturalista, que recriou

²⁰ Embora as primeiras datas de C14 referentes a castros tenham sido obtidas nos anos 70, foi, de facto, nos anos 80 que a sua utilização mais generalizada, quer em Portugal, quer na Galiza, permitiu questionar o problema da emergência dos povoados fortificados (CALO LOURIDO E SIERRA RODRIGUEZ 1983, 19-85; SILVA 1986; MARTINS 1990), propor sequências de ocupação para alguns castros, estabelecer comparações entre povoados e objectos. Uma resenha das datas obtidas nos anos 80 e 90 para os castros do NO peninsular foi recentemente publicada (CARBALLO ARCEO e FÁBREGAS VALCARCE 1991, 244-264). Cabe igualmente destacar o catálogo de datas calibradas incluídas na tese de doutoramento de F. Queiroga (1993).

²¹ Entre os contributos mais significativos neste domínio podem referir-se os de M. Martins para o vale do Cávado (1990) e os de X. Carballo Arceo para os castros da Galiza (1986; 1990, 161-199).

²² Os estudos paleo-ecológicos tiveram um notável desenvolvimento nos anos 80, sobretudo na Galiza, graças ao contributo do Departamento de Biologia Vegetal da Faculdade de Farmácia da Universidade de Santiago de Compostela, responsável por estudos edafológicos, palinológicos e paleocarpológicos (DÍAZ FIERROS, AIRA RODRIGUEZ E CRIADO BOADO 1988; AIRA RODRIGUEZ e TABOADA 1989). No Norte de Portugal só na segunda metade da década de 80 serão iniciados alguns trabalhos neste âmbito, sendo de destacar os de Isabel Figueiral no domínio da Antracologia (1990; 1994, 427-448), os de Pinto da Silva no âmbito da Paleocarpologia (SILVA 1988, 5-36) e os de M. X. Aira Rodríguez e P. Ramil Rego (1992), relativos à Palinologia e Paleocarpologia da região do vale do Cávado.

um universo de longas estabilidades, quase sem tempo, entrecortadas por acontecimentos geradores de mudanças bruscas, passou pela construção de uma sequência, menos segmentada pelos factos históricos e pelos artefactos, mais conforme aos processos de dinâmica económica e social, sugeridos pela Nova Arqueologia.

Essa construção, assumindo que as comunidades não estão isoladas, não rejeita a influência externa, perspectivada, agora, como resultando de diferentes níveis de interacção regional e supra-regional. No entanto, essa influência foi integrada no contexto do desenvolvimento das comunidades, pelo que as mudanças deixaram de ser vistas como o resultado de migrações, ou simples difusão, passando a ser olhadas como processos dinâmicos de transformação.

Entre os principais contributos fornecidos por esta nova postura para o conhecimento da evolução do I milénio a.C., à escala da região do NO português, podemos referir aqueles que se centram numa nova interpretação da emergência dos povoados fortificados, nos inícios do milénio, na explicação fornecida para a generalização deste tipo de povoados e numa nova perspectiva sobre o desenvolvimento da região nos últimos dois séculos anteriores à nossa era.

Passemos em revista alguns aspectos desses contributos.

A emergência de povoados com preocupações defensivas e estratégicas dominantes, nos inícios do I milénio a.C., ocupando preferencialmente as bordaduras dos vales, num momento em que se regista uma assinalável variabilidade de contextos habitacionais e uma exploração intensiva de diferentes quadros geomorfológicos²³, pode ser explicada no quadro dos processos de intensificação económica agro-pastoril e metalúrgica e de complexificação social, que, genericamente caracterizam o período do Bronze Final, entre 1250-700 a.C.²⁴. A procura de novos espaços produtivos, necessários à sustentação dos intercâmbios regionais e trans-regionais com o Atlântico e o Mediterrâneo, característicos desse período, parece associar-se à emergência de uma nova ideologia ligada à terra, à sua exploração intensiva e à sua apropriação, justificando a necessidade de uma territorialização mais expressiva por parte de algumas comunidades, simbolicamente visível no tipo de implantação dos seus habitats e na construção de sistemas defensivos²⁵.

No quadro de uma sociedade em que as hierarquias regionais poderiam definir-se pela posse de bens de prestígio, parece legítimo supor que a terra, sendo base e condição para sustentar os intercâmbios, necessários à afirmação do poder das elites, se tenha tornado um bem disputável.

²³ Embora ainda escassos em número, podemos destacar, para o período correspondente ao Bronze Final, a existência de simples povoados abertos, conhecidos a partir das investigações realizadas na Serra da Aboboreira (JORGE 1987; 1990a), de reduzida dimensão, caracterizados por grande número de buracos de poste e fossas, algumas das quais com função de silos e a ocorrência de povoados fortificados, quer em zonas de montanha, quer de vale. Realçamos, todavia, que se os primeiros são abandonados, os segundos, para além de mais numerosos, parecem associar-se a uma sedentarização plena das comunidades proto-históricas, uma vez que revelam maioritariamente continuidade de ocupação ao longo de todo o I. milénio a.C. (SILVA 1986; MARTINS 1990; BETTENCOURT 1994).

²⁴ As características deste período, quer do ponto de vista tecnológico, quer socio-económico, encontram-se relativamente bem sistematizadas a nível regional e peninsular, cabendo-nos destacar os contributos das investigações de S. Oliveira Jorge, na Serra da Aboboreira (1987;1988, 85-112;1990a), as sínteses de A. C. Ferreira da Silva (1986) e M. Martins (1990) e, a nível peninsular, os trabalhos de M. L. Ruiz Galvez Priego (1984; 1987, 251-164) e A. Coffyn (1985).

²⁵ O aparecimento de povoados fortificados na transição do II para o I milénio a.C. constitui um fenómeno generalizado na Europa central e ocidental (CHAMPION *et alii* 1984; COLLIS 1989). Todavia, as motivações que subjazem a este processo poderão ser bastante diferenciadas regionalmente.

Se é ainda pouco clara, por falta de dados empíricos, a função desempenhada pelos povoados fortificados, no quadro de um povoamento hierarquizado, como seria, necessariamente, o do período em questão, a verdade é que não necessitamos de imaginar, nem a chegada à região de populações estranhas, nem um cenário de guerra, para explicar o aparecimento deste tipo de habitat.

A partir dos sécs. VIII/VII a.C., e num contexto de desmantelamento dos intercâmbios à distância e de reorientação económica e social regional, este tipo de povoados tornou-se exclusivo, ao mesmo tempo que se registou um abandono definitivo de áreas de montanha e uma intensificação da ocupação dos vales. Um maior isolamento da região, a raridade de circulação de metal e uma maior interacção entre as comunidades, a nível local e regional, sugerida pela generalização de um repertório cerâmico, morfologicamente bastante homogéneo, parece revelador da construção de um novo espaço social e simbólico essencialmente ligado aos vales. Será nesse espaço que se estruturarão novas relações económicas, serão definidos novos territórios socio-políticos e emergirá uma nova ordem e hierarquia, sustentadas por novos sistemas de alianças e de parentesco e por uma nova ideologia, traduzida na auto-concepção das comunidades enquanto entidades territoriais, ligadas a espaços socio-económicos e simbólicos bem definidos.

Se a visibilidade permaneceu como elemento fundamental na estruturação do habitat, ao longo do I milénio a.C., as preocupações de controlo estratégico, dominantes nos povoados fortificados mais antigos, vão-se diluindo, tornando-se praticamente nulas. Os novos povoados que vão surgindo, aproximam-se cada vez mais do fundo dos vales, parecendo articular-se com uma exploração mais intensiva dos recursos agro-pecuários, ligada à agricultura de lavradio²⁶.

O registo arqueológico dos últimos dois séculos da nossa era assinala um generalizado processo de intensificação económica e um aumento da complexidade social, traduzidos pelo desenvolvimento da metalurgia do bronze e do ferro, por uma maior circulação de matérias-primas e produtos, a nível regional e inter-regional, por fenómenos de concentração populacional nalguns castros e por uma acentuada hierarquia no povoamento, dentro da qual ganham expressão as profundas remodelações de alguns castros, que erguem complexos e monumentais sistemas defensivos, reforçando a sua visibilidade na paisagem²⁷.

É neste contexto de forte interacção entre povoados, alguns dos quais presumivelmente com funções económicas especializadas, que podemos inserir os efeitos da expedição de *D. J. Brutus*, entre 138-136 a.C., considerada por alguns autores como o motor do desenvolvimento da região, característico dos finais do milénio. Ora, se é certo que esta expedição pode ter contribuído para reforçar solidariedades regionais e assumido um papel integrador, no conjunto da região, a verdade é que o suporte económico e social necessário para sustentar uma nova fase de expressão da territorialidade e visibilidade dos povoados, uma interacção com as áreas do sul da Península e uma presumível afirmação de unidade socio-políticas, que virão a ser respeitadas pela administração romana, só pode ter decorrido de desenvolvimentos realizados previamente, ainda que não claramente expressos no registo arqueológico anterior ao séc. II a.C..

²⁶ Merecem destaque as explicações sugeridas a este propósito por F. Criado Boado (1989, 109-137).

²⁷ Datam deste período grande parte dos atributos considerados típicos da Cultura Castreja, quer em termos arquitectónicos, quer artefactuais. Para as características do período em questão vejam-se, entre outras, as sínteses de A. C. Ferreira da Silva (1986) e de M. Martins (1990).

4. OS ANOS 90: AINDA E SEMPRE AS INTERROGAÇÕES

Os dados obtidos pelos novos questionários que nortearam a pesquisa nos anos 80 tiveram um efeito diferenciado sobre os defensores do paradigma culturalista. De facto, se autores há que aceitaram, sem reserva, a grande antiguidade de alguns povoados, ocupados de forma continuada ao longo do I milénio a.C., como demonstrativa da grande antiguidade da Cultura Castreja, na esteira de J. Maluquer de Motes, outros consideraram que dela só se pode falar num momento mais avançado, situando-a a partir do momento em que se regista a petrificação das estruturas do habitat, que datam a partir do séc. VI a.C.. Posições mais radicais vêm sendo protoganizadas por aqueles que situam a Cultura Castreja apenas nos primeiros séculos da romanização.

O desconforto produzido pelo aumento dos dados empíricos releva da própria história das investigações. De facto, as manifestações consideradas como típicas desta Cultura estiveram sempre descontextualizadas. Ora, se o registo arqueológico do anos 80 veio demonstrar que alguns povoados fortificados emergem no contexto do Bronze Final, ele forneceu, também, uma base arqueográfica que pouco tem a ver com os arquétipos da Cultura Castreja, remetendo alguns autores para a posição de considerarem que sobre ela, e sobre o I milénio a.C., em geral, nada se sabe afinal.

Entrados que estamos nos anos 90 e face ao paradoxo das discussões, em torno da cronologia e ergologia da Cultura Castreja, parece-nos que elas representam um bom exemplo de como os modelos se tornam mitologias, a partir do momento em que deixam de servir para renovar a investigação e com ela a nossa compreensão e interpretação do passado.

Se considerarmos que, mau grado a fragilidade da arqueologia portuguesa, foi possível questionar, nos anos 80, alguns dos pressupostos da *praxis* tradicional, sem desenvolver as patologias da Nova Arqueologia processualista, somos inevitavelmente conduzidos a aceitar a possibilidade desafiadora de queimar etapas e ensaiar um novo questionamento do período cronológico e cultural em análise, tendo por base o contexto teórico decorrente das visões críticas desenvolvidas nos últimos quinze anos, pela chamada arqueologia pós-processualista.

Porque defendemos que a leitura do passado nunca é final, ou conclusiva, estando sujeita a redefinição e negociação constantes, entendemos que se impõe abrir, novamente, o espaço das questões relativamente à problemática da evolução cultural do I milénio a.C. no NO português. Propomos, neste âmbito, três perspectivas, que comportam em si um novo questionário, orientador de novas leituras críticas do registo arqueológico. Elas centram-se numa nova relação de tempo, espaço e Cultura, numa decorrente reavaliação das continuidades e mudanças e numa reabilitação, a essa luz, da especificidade cultural do I milénio antes da nossa era.

4.1. RECUPERANDO O SENTIDO DA RELAÇÃO TEMPO/ESPAÇO/CULTURA

Afirmar que as sociedades estão inscritas no tempo e no espaço constitui um lugar comum. No entanto, ao enunciá-lo, pretendemos transcender o carácter axial das noções clássicas de tempo/espaço, buscando um sentido relacional e intrínseco para estes conceitos. Se a arqueologia tradicional valorizou o tempo como cronologia e o espaço como cenário, a Nova Arqueologia dos anos 60 e 70, ao conceber a Cultura como sistema, viria acentuar as patologias do tempo cronométrico e do espaço, enquanto território, branqueando-os de intenções. Foram os anos 80

que trouxeram consigo, por influência da teoria social, um novo sustentáculo para conceber a tripla relação tempo/espaço/Cultura²⁸.

Se aceitarmos que à concepção substantiva clássica de Cultura, enquanto complexo de ideias, normas, valores, representações cognitivas e materiais, devemos aduzir o sentido de Cultura como processo, através do qual a prática social se constitui e se transforma, teremos, necessariamente, que passar a olhar o tempo e o espaço como estruturas e como condições estruturantes da vida social e cultural, do comportamento e da acção, pois tempo e espaço não existem fora da prática social, sendo nela e através dela permanentemente gerados e reformulados.

De facto, cada comunidade constrói o seu próprio tempo, através de modelos específicos de relações intra-culturais e inter-culturais, desdobrando-o na longa duração das instituições, no tempo reversível das práticas diárias ou sazonais e irreversível da vida dos homens. A construção do tempo é, por conseguinte, um processo social e cultural, indissociável da estruturação e reprodução sociais. Quer a cultura material, quer as formas espaciais encontram-se, assim, necessariamente embebidas de diferentes temporalidades que resultam dos comportamentos diários, dos tempos biográficos dos actores sociais e do tempo das instituições.

Por sua vez, o espaço, com as suas arquitecturas²⁹, não pode continuar a ser visto como a arena, onde decorre a vida social, pois ele constitui um meio através do qual as relações sociais se produzem e reproduzem. Compreender a Cultura passa pois por compreender o modo como os homens se relacionam no espaço e o sociabilizam em diferentes temporalidades. Mais do que uma entidade homogénea, isotrópica e mensurável, o espaço é uma entidade qualitativa, relacionada com a ordenação da experiência e a prática de acções individuais e comunitárias, profundamente simbólica, pois nela e através dela se ordenam, representam e transformam as cosmologias que organizam e dão sentido à experiência humana. Nesta perspectiva a Cultura surge como contexto de acção e não como simples consequência da mesma.

4.2. REAVALIANDO AS CONTINUIDADES E AS MUDANÇAS

Aceitarmos a tripla relação sugerida, como ponto de partida para olharmos a vida social das comunidades do passado, pressupõe que as concebamos como entidades em constante movimento de complexidade, reversibilidade e transformação. Isso significa que o que devemos objectivar, em termos de continuidade e mudança, não são as Culturas, como entidades discretas, ou como sistemas, mas sim as acções dos indivíduos em interacção, materializadas nos traços culturais presentes no registo arqueológico. De facto, só os homens têm intenções e assumem conflitos, que dão sentido e transformam o todo social. É pois pela fenomenologia e interaccionismo que

²⁸ Neste contexto merecem naturalmente destaque os contributos de A. Giddens (1979; 1981; 1987), P. Bourdieu (1977), bem como os de A. Touraine (1977) e J. Habermas (1979). A influência destes autores no debate teórico da disciplina arqueológica pode ser percebida nos trabalhos de vários investigadores (HODDER 1986; 1987b; MILLER e TILLEY 1984; SHANKS e TILLEY 1987a; 1987b; BARRET 1987).

²⁹ A expressão arquitectura é aqui assumida numa concepção lata que inclui as próprias paisagens, porque construídas dentro de uma aspiração de ordem, modelada e conformada pela atitude cultural de cada comunidade (JONHSON 1994, 170-177).

podemos explicar a produção social que dá expressão à diversidade cultural do passado.

Porque a produção social se faz de comunicação, que é em si mesma transformativa, de normas socio-culturais, que são sempre relativas e de múltiplas interações sociais e ambientais, forçoso é que reconheçamos, em qualquer sociedade, uma complexa rede de condições dinâmicas que, interagindo permanentemente, vão potenciando a transformação social.

Sendo o processo dinâmico, a evolução das sociedades comporta sempre múltiplas continuidades que se alimentam de mudanças. Por isso, as continuidades não são estáticas e camuflam, frequentemente, profundas alterações do sentido das práticas sociais e suas manifestações, que, por vezes, acabam por criar múltiplas contradições entre os princípios estruturantes da reprodução social e os seus agentes, gerando conflitos, apenas resolúveis por mudanças estruturais.

Neste sentido, será sempre redutor explicar a evolução cultural ou social pela lógica do acontecimento, ou da mudança tecnológica, como é sugerido pela arqueologia tradicional, pela lógica da ecologia, ou pela lógica social e económica do paradigma processualista. A evolução histórica transporta consigo uma densa trama de experiências e sentidos práticos e simbólicos, em permanente estruturação, alguns dos quais impossíveis de recuperar.

Teremos então que deixar de privilegiar o seccionamento arbitrário do processo histórico, e remetermo-nos para uma epistemologia compreensiva do passado, que pretende reconduzir os fenómenos sociais às acções individuais e às suas intenções, acentuando o papel do sujeito narrador enquanto intérprete. Esta epistemologia ajusta-se à valorização dos segmentos de tempo e espaço, representados no registo arqueológico, naturalmente mediatizados pelos sucessivos presentes.

No entanto, o que parece importante não será tanto explicar as mudanças, como percepcioná-las e compreendê-las, contextualmente, nas continuidades que constituem o alicerce do devir histórico das sociedades.

4.3. REABILITANDO A ESPECIFICIDADE DO PROCESSO CULTURAL DO Iº MILÉNIO A.C. NO NOROESTE PORTUGUÊS

Na longa duração do I milénio a.C., mudaram os objectos e as estruturas, mudaram os ritmos e direcções das interações a nível regional e supra regional, mudaram as elites e os sistemas de alianças que as suportavam. Mas, mudou, também, a paisagem e a base de subsistência das comunidades que nela se sustentaram. E mudaram certamente os homens, porque as suas práticas, preocupações e percepções se transformaram com as próprias mudanças, pois o mundo social, sendo um mundo prático de acções, é também um mundo conceptualizado, ordenado em esquemas mentais significantes e conjuntos de valores, construído com códigos, sinais e símbolos, em constante processo de produção e reprodução, estruturação e reestruturação.

No entanto, por detrás de todas as alterações lidas no registo arqueológico do I milénio a.C., ainda mal assimiladas, afirmou-se, num ritmo, bem mais lento, a longa continuidade da permanência das comunidades, verdadeiros arquitectos de uma paisagem milenar³⁰ de ocupação

³⁰ O complexo sistema agrário do NO peninsular foi detalhadamente estudado por A. Bouhier (1979). F. Criado Boado (1988, 61-117; 1989, 109-137), dedicou-lhe algumas interessantes reflexões a propósito dos processos históricos e culturais presumivelmente associados à sua construção.

dos vales, ela própria geradora de estruturas socio-económicas, simbólicas e ideológicas particulares, ainda hoje fossilizadas no tecido social, na mentalidade e na paisagem actual. Trata-se, indiscutivelmente, de um processo que se inscreve na historicidade de uma região e dos seus homens, dentro da qual cabe destacar o notável protagonismo das comunidades proto-históricas aqui abordadas, cuja dinâmica, ainda por compreender, permitiu construir um cenário original, em relação a contextos culturais coetâneos.

Impõe-se, pois, reabilitar a especificidade das comunidades do I milénio a.C.. Em nossa opinião essa especificidade não reside, nem decorre, de aspectos materiais comuns ou diferentes em relação a outras, não se revela nas técnicas que manipularam e através das quais deram vida a objectos de trabalho ou de prestígio, como, igualmente, pouco tem a ver com os múltiplos contactos que estabeleceram com outras regiões e populações. Em nossa opinião aquilo que constitui a especificidade das comunidades do I milénio a.C. reside no seu indiscutível contributo, através de um percurso muito próprio, para sedimentar uma paisagem histórica, que é, também, o cenário de representação dos homens de hoje, dentro do qual as ruínas das cidades mortas permanecem ainda, com a sua serena perenidade, desafiando, hoje como ontem, a nossa imaginação e capacidade cognitiva, negando-se a ser encaixadas, em definitivo, em qualquer modelo de inteligibilidade.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1977). Panorama de la Cultura castrexa en el NO de la Península Iberica, *Bracara Augusta*, 31, pp. 235-253.
- ADAM, B. (1994). Perceptions of Time, *Companion Encyclopedia of Anthropology*, T. Ingold (ed). pp. 503-526.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J., P. Súa e T. Taboada (1989). *Estudios paleobotánicos y edafológicos en yacimientos arqueológicos de Galicia*, *Arqueoloxia/Investigación*, 4, Santiago de Compostela.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J. e Pablo Ramil Rego (1992). Datos paleobotánicos del Norte de Portugal (Baixo Minho), Estudio polínico y paleocarpológico, *Lagasalia*, 18 (1), Sevilha.
- ALARCÃO, J. (1992a). Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica, M. Almagro-Gorbea e G. Ruiz Zapatero (eds), *Paleoetnologia de la Península Iberica*, *Complutum*, 2-3, Madrid, pp. 339-345.
- (1992b). A Evolução da Cultura Castreja, *Conimbriga*, 31, Coimbra, pp. 39-72.
- ALMEIDA, C. A. B. (1987). *Proto-História e romanização da bacia inferior do Lima*, Porto.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974). Cerâmica castreja, *Revista de Guimarães*, 84 (1-4), pp. 171-197.
- (1983). Cultura castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 70-74.
- (1984). A casa castreja, *Memórias de História Antiga*, 6, pp. 35-42.
- (1986). Arte castreja, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 70-74.
- BAPTY, I. (1990). Nietzsche, Derrida and Foucault: Re-excavating the Meaning of Archaeology, *Archaeology after Structuralism*, I. Bapty e T. Yates (eds), pp. 240-277, Routledge, London.
- BARRET, J. (1994). Defining domestic space in the bronze age of Southern Britain, M. Pearson *et alii* (dir.), *Architecture & Order. Approaches to social space*, Routledge, London, pp. 87-97.
- BETTENCOURT, A. (1994). A transição Bronze Final/Ferro Inicial no povoado de S. Julião-Vila Verde: Algumas considerações, *Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia*, *TAE* 34 (3-4), Porto, pp. 167-190.
- BINTLIFF, J. (ed). (1984). *European Social Evolution*, *Archaeological Perspectives*, University of Bradford, Bradford.
- BIROT, P. (1950). *Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa.
- BLANCO FREIJEIRO (1960). La Cultura Castreña, *I Symposium de Prehistoria Peninsular*, Pamplona, 1959, pp. 179-195.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1921). Los Celtas y la civilización céltica en la Península Iberica, *Bulletin de la Sociedad Española de Excursiones*, Ano 29, pp. 248-300.

- (1932). *Etnologia da Peninsula Iberica*, Barcelona.
- (1933). Los Celtas en Portugal e sus caminos, *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, pp. 54-72.
- (1939). *Two celtic waves in Spain*, Proceedings of the British Academy, London.
- (1945). *El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España*, México.
- BOUHIER, A. (1979). *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*. Poitiers.
- BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a theory of practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BRADLEY, R. (1993). Archaeology: the loss of nerve, *Archaeological theory: who sets the agenda?*, N. Yoffee e S. Shennan (eds), New Directions in Archaeology, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 131-133.
- BRANCO, J. de F. (1986). Cultura como Ciência? Da consolidação do discurso antropológico à institucionalização da disciplina, *Ler História*, 8, Lisboa, pp. 75-101.
- BRUN, P. (1987). *Princeps et princesses de la celtique. Le Premier Age du Fer (850-450 av.J.-C.)*. Ed. Errance, Paris.
- CALO LOURIDO, F. (1993). *A Cultura Castrexa*, Historia de Galicia, 3, Edicions A Nosa Terra, Vigo.
- CALO LOURIDO, F. e X. C. Sierra Rodriguez (1983). As orixenes do castrexo no Bronce Final. *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 19-85.
- CARBALLO ARCEO, X. (1986). *Povoamento castrexo e romano da Terra de Trasdeza*, Santiago, Dirección Xeral de Património Artístico e Monumental.
- (1990). Los castros de la cuenca media del rio Ulla y sus relaciones con el medio físico, *Trabajos de Prehistoria*, 47, Madrid, pp. 161-199.
- CARBALLO ARCEO, X. e R. Fábregas Valcarce (1991). Dataciones de Carbono 14 para castros del Noroeste Peninsular, *Archivo Español de Arqueología*, 62, Madrid, pp. 244-264.
- CARDOSO, M. (1958). Missão inglesa de escavações num "castro" do Norte de Portugal (Sabroso), *Revista de Guimarães*, 68 (3-4), Guimarães, pp. 439-454.
- (1962). Alguns problemas da cultura dos castros no Norte de Portugal, *XXVI CLEPC*, 2 (5), pp. 391-423.
- CARRILHO, M. M. (1994a). *A Filosofia das Ciências*, Ed. Presença, Lisboa.
- (1994b). Crenças, Perspectivas, *Boletim da Universidade do Porto*, Porto, pp. 9-12.
- CHAMPION, T., C. Gamble, S. Shennan e A. Whittle (1984), *Prehistoric Europe*, Academic Press, London.
- CHAMPION, T. C. e J. V. S. Megaw (1985). Introduction: approaches to the study of Iron Age settlement and society, T. C. Champion e J. V. S. Megaw (eds.) *Settlement and Society. Aspects of west european prehistory in the first millenium B.C.*, Leicester University Press, pp. 1-8.
- COFFYN, A. (1985). *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Diffusion du Bocard, Paris.
- COLLIS, J. (1989). *La Edad del Hierro en Europa*, Ed. Labor, Barcelona.
- CORREA, A. A. M. (1924). A cultura dos castros. Sua origem e sua significação etnológica, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto.
- CRIBADO BOADO, F. (1988). Arqueologia del Paisaje y Espacio Megalítico en Galicia, *Arqueologia Espacial*, 12, Teruel, pp. 61-117.
- (1989). Asentamento megalítico y asentamento castreño. Una propuesta de síntesis, *Gallaecia*, 11, pp. 109-137.
- CUNLIFFE, B. (1991). *Iron Age communities in Britain*, Routledge, London.
- DIAZ-FIERROS, F., M. J. Aira Rodriguez e F. Criado Boado (1988). Palaeological reconstruction of a forested area of Barbanza (Coruña, Spain). A case of study. *Human influences on forest ecosystem developments in Europe*, Trento.
- EARLE, T. (1994). Political domination and Social Evolution, *Companion Encyclopedia of Anthropology*, T. Ingold (ed), pp. 940-961.
- ESPARZA ARROYO, A. (1983). Sobre el limite oriental de la cultura castreña, *II Seminário de Arqueologia del Noroeste peninsular*, Madrid, pp. 103-119.
- FABIAN, J. (1983). *Time and the other: how Anthropology makes its object*. Columbia University Press, New York.
- FABIÃO, C. (1992). O passado proto-histórico e romano, J. Mattoso (dir.) *História de Portugal*, 1, Lisboa, pp. 79-91; 190-200.
- FERNANDEZ OCHOA, C. (1987). Los pueblos preromanos de la fachada atlántica: la cultura castreña de los pueblos del N e NW en la Segunda Edad del Hierro, *Historia General de España e América*, 1-2, Madrid, pp. 357-381.
- FIGUEIRAL, I. (1990). *Le Nord-Ouest du Portugal et les Modifications de l'Ecosystème, du Bronze Final à Epoque Romaine, d'Après l'Anthracanalyse des Sites Archaeologiques*, Montpellier (tese policopiada).
- (1994). A antrologia em Portugal: progressos e perspectivas, *Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia*, *TAE*, 34 (3-4), Porto, pp. 427-448.
- FIGUEIRAL, I. e F. Queiroga (1988). Castelo de Matos. 1982-1986, *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 137-150.
- FOSTER, M. Le Cron (1994). Symbolism: the foundation of culture, T. Ingold (ed) *Companion Encyclopedia of*

- Anthropology*, pp. 366-395.
- FOUCAULT, M. (1969). *L'archéologie du savoir*, Gallimard, Paris.
- FRIED, M. (1967). *The evolution of Political Society*, Random House, New York.
- GIBSON, D. B. e M. N. Geselowitz (1988). The Evolution of Complex Society in Late Prehistoric Europe: Toward a Paradigm, *Tribe and polity in Late prehistoric Europe*, D. B. Gibson e M. N. Geselowitz (eds), Plenum Press, pp. 3-40, New York.
- GIDDENS, A. (1979). *Central problems in social Theory*, Macmillan/Berkeley, University of California.
- (1981). *A contemporary critique of historical materialism*, 1, Macmillan/Berkeley, University of California.
- (1987). *Social Theory and Modern Sociology*, Polity Press.
- GIRÃO, A. A. (1933). *Esboço duma carta regional de Portugal*, Coimbra.
- GLEDHILL J. e M. Rowlands (1982). Materialism and socio-economic process in multilineal evolution, C. Renfrew e S. Shennan (eds.). *Ranking, Resource and Exchange: aspects of the Archaeology of Early European Society*, Cambridge University Press, pp. 144-149.
- HABERMAS, J. (1979). *Communication and the Evolution of Society*, Beacon, Boston.
- HASELGROVE, C. (1982). Wealth, prestige and power: the dynamics of Late Iron Age political centralisation in South-east England, C. Renfrew e S. Shennan (eds.). *Ranking, Resource and Exchange: aspects of the Archaeology of Early European Society*, Cambridge University Press.
- HAWKES C. (1971). North-western castros: excavation, archaeology and history, *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp. 283-286.
- (1984). The castro culture of the Peninsular North-West: fact and inference, *Papers in Iberian Archaeology*, T. F. Blagg, R. F. Jones e S. J. Keay, BAR-193 (i), pp. 187-193.
- HODDER, I. (1986). *Reading the past*, Cambridge University Press.
- (1987a). Converging Traditions: The Search for Symbolic Meanings in Archaeology and Geography, *Landscape & Culture. Geographical & Archaeological Perspectives*, (ed.) J. M. Wagstaff, Basil Blackwell, Oxford, pp. 134-145.
- (1987b). *Interpretación en Arqueologia. Corrientes actuales*, Ed. Critica, Barcelona.
- HODGES, R. (1987). Spatial Models, Anthropology and Archaeology, *Landscape & Culture, Geographical & Archaeological Perspectives*, (ed.) J. M. Wagstaff, Basil Blackwell, Oxford, pp. 118-133.
- JONHSON, M. H. (1994). Ordering houses, creating narratives, M. Parker Pearson e C. Richards (eds), *Architecture and Order*, Routledge, London, pp. 170-177.
- JORGE, S. O. (1980). A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião, *Portugália*, N/S, Porto, pp. 29-50.
- (1986). *Povoados da Pré-história Recente da região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar*, Instituto de Arqueologia da F.L.U.P.
- (1987). *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, GEAP, Monografias Arqueológicas, 2, Porto.
- (1988). Reflexões sobre a Pré-História Recente do Norte de Portugal, Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, *TAE*, 1, Porto, pp. 85-112.
- (1990a). Reflections on Northern Portugal's late Prehistory, *Arqueologia Hoje*, 1, *Etno-Arqueologia*, Universidade do Algarve, pp. 38-67.
- (1990b). Pré-história, IV. Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia, J. Alarcão (dir.) *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, pp. 163-251.
- JORGE, V. O. e S. O. Jorge (1990). Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal. *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, Porto, pp. 299-313.
- KUHN, T. S. (1962). *The structure of Scientific Revolutions*, University of Chicago Press.
- LOPEZ CUEVILLAS, F (1933). A área xeográfica da cultura norte dos castros, *Homenagem a Martins Sarmiento*, pp. 99-107.
- (1953). *La civilización céltica en galicia*, Santiago de Compostela.
- (1954). *La Edad del Hierro en el Noroeste (La cultura de los castros)*, Madrid.
- LOWENTHAL, D. (1985). *The past is a foreign country*, Cambridge University Press.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1973). La originalidad de la cultura castreña, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (3), Porto, pp. 335-342.
- (1975). La cultura castreña le la Edad del Hierro, *JMACH*, 1, pp. 269-284.
- MARTINS, M. (1988a). *A ciãnia de S. Julião, Vila Verde*, Cadernos de Arqueologia-Monografias, 2, Braga.
- (1988b). *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Cadernos de Arqueologia-Monografias, 1, Braga.
- (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Monografias 5, Braga.

- MARTINS, M. e S. O. Jorge (1992). Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, M. Almagro-Gorbea e G. Ruiz Zapatero (eds), *Paleoetnologia de la Península Ibérica*, *Complutum*, 2-3, Madrid, pp. 347-372.
- MAYA, J. L. (1988). *La cultura material de los castros asturianos*. Estudios de la Antigüedad, 4/5, Universidad Autónoma de Barcelona.
- MCKAY, M. (1988). *The Origins of Hereditary Social Stratification*, BAR, IS 413, Oxford.
- MILLER e C. Tilley (eds) (1984). *Ideologie, Power and Prehistory*, Cambridge University Press, Cambridge.
- PARSONS, T. (1964). *Evolutionary universals in Society*, American Sociological Review, 29.
- (1966). *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*, Englewood Cliffs.
- PEARSON, M. P. e C. Richards (1994a). Ordering the world: Perceptions of Architecture, Space and Time, *Architecture and Order. Approaches to Social Space*, M. P. Pearson e C. Richards (eds), Routledge, London, pp. 1-37.
- (1994b). Architecture and Order: Spatial Representation and Archaeology, *Architecture and Order. Approaches to Social Space*, M. P. Pearson e C. Richards (eds). Routledge, London, pp. 38-72.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1992). El primer milenio a.C. en el area gallega: génesis e desarrollo del mundo castreño a la luz de la arqueología, *Complutum*, 2-3, Madrid, pp. 373-394.
- PEREIRA MANAULT, G. (1992). Aproximación crítica al estudio de etnogenesis: la experiencia de Gallaecia, *Complutum*, Madrid, pp. 35-44.
- QUEIROGA, F. M. R. (1992). *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*, Oxford (tese polic.).
- RAPOPORT, A. (1994). Spatial organization and the built environment, *Companion Encyclopedia of Anthropology*, T. Ingold (ed). pp. 460-502.
- RIBEIRO, O. (1967). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, 3ª edição.
- ROMERO MASIÁ (1976). *El habitat castreño*, Santiago de Compostela.
- RUIZ GALVEZ PRIEGO, M. L. (1984). *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*, Madrid.
- (1987). Bronce Atlántico y cultura del Bronce Atlántico en la Península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria*, 44, Madrid, pp. 251-264.
- (1989). *La orfebrería del Bronce Final. El poder y su ostentación*, Revista de Arqueología, Madrid.
- SAHLINS, M. (1972). *Stone Age Economics*, London.
- SALMON, M. H. (1992). Philosophical Models for postprocessual Archaeology, *Metaarchaeology*, Lester Embree (ed), Boston Studies in the Philosophy of Science, 147, Boston, pp. 227-241.
- SANTA OLLALA, M. (1946). *Esquema Paleontológico de la Península hispánica*, Madrid.
- SANTOS, B. S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Ed. Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto.
- SERVICE, E. (1962). *Primitive Social Organisation. An Evolutionary perspective*, Random House, New York.
- SHANKS, M. e C. Tilley (1987a). *Social theory and Archaeology*, Polity Press, Oxford.
- (1987b). *Re-Constructing archaeology*, Routledge, London.
- SHENNAN, S. (1993). After social evolution: a new archaeological agenda?, *Archaeological theory: who sets the agenda?* N. Yoffee e A. Sherratt (eds), New Directions in Archaeology, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 53-59.
- SHERRATT, A. (1993a). What would a Bronze-Age world system look like? Relations between temperate Europe and the Mediterranean in later prehistory, *Journal of European Archaeology*, 1-2, Avebury, pp. 1-58.
- (1993b). The relativity of theory, *Archaeological theory: who sets the agenda?*, N. Yoffee e A. Sherratt (eds), New Directions in Archaeology, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 119-130.
- SILVA, A. C. F. (1986). *A cultura castreja no Noroeste Português*, Paços de Ferreira.
- (1990a). A Idade do Ferro em Portugal, J. de Alarcão (dir.), *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, pp. 257-341.
- (1990b). Influências orientalizantes na formação da cultura castreja no Noroeste peninsular, *Estudos Orientais*, 1, Lisboa, pp. 135-155.
- (1992). Proto-História do Norte e Centro de Portugal, A. C. F. da Silva e M. V. Gomes, *Proto-história*, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 33-100.
- SILVA, A. C. F., C. T. da Silva e A. B. Lopes (1984). Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Sra. da Guia (Baiões), S. Pedro do Sul, Viseu, *Lucerna*, Porto, pp. 73-95.
- SILVA, A. R. P. (1988). A paleobotânica na arqueologia portuguesa: resultados desde 1931 a 1987, *Paleoecologia e Arqueologia*, Vila Nova de Famalicão, pp. 5-36.
- TILLEY, C. (1990). Constituinte uma Arqueologia social: un projecte modernista, J. Anfruns e E. Lobet (ed.), *El Canvi cultural a la Prehistòria*, Columna, Barcelona, pp. 17-44.
- (1990). On Modernity and Archaeological Discourse, *Archaeology after Structuralism*, Ian Bapty e Tim Yates (Eds), Routledge, pp. 127-152, London.

- (ed) (1993). *Interpretative Archaeology*, Berg Publishers, Oxford.
- TOURAINÉ, A. (1977). *The self production of society*, Chicago, University of Chicago Press.
- TRANOY, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Bocard, Paris.
- WAGSTAFF, J. M. (1987). The New Archaeology and Geography, Landscape and Culture. *Geographical & Archaeological Perspectives*, J. M. Wagstaff (ed), Basil Blackwell, Oxford, pp. 26-36.
- WATSON, R. A. (1992). The place of Archaeology in Science, *Metaarchaeology*, Lester Embree (ed), Boston Studies in the Philosophy of Science, 147, Kluwer Academic Publishers, pp. 255-267, Boston.
- WELLS, P. S. (1985). Mediterranean trade and culture change in Early Iron Age Central Europe, T. C. Champion e J. V. S. Megaw (eds), *Settlement and Society. Aspects of West European prehistory in the first millenium B.C.*, Leicester University Press, pp. 69-90.
- (1988). *Granjas, aldeas y ciudades. Comercio e orígenes del urbanismo en la protohistoria europea*, Ed. Labor, Barcelona.
- (1990). Models del canvi cultural en la Protohistòria europea, J. Anfruns e E. Llobet (ed.), *El Canvi cultural a la Prehistòria*, Columna, Barcelona, pp. 103-121.
- YOFFEE, N. e A. Sherratt (1993). Introduction: the sources of archaeological theory, *Archaeological theory: who sets the agenda?*, N. Yoffee e A. Sherratt (eds), New Directions in Archaeology, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1-9.